

DIEGO TEIXERA FRANCO
CAMILA DA SILVA SERRA

Nota-se, no entanto, que o estado visualizou que as universidades possuem um potencial enorme de gerar retorno e progresso à sociedade e que na tentativa de acompanhar a evolução econômica e industrial dos países desenvolvidos, que são altamente competitivos, o Brasil tem criado políticas desenvolvimentistas a fim de alavancar essa situação. O que tem influenciado diretamente nas diretrizes das universidades brasileiras.

A competitividade está diretamente ligada à inovação e a pesquisa. O governo federal viu nas universidades grande oportunidade de desenvolver pesquisa em parcerias com as empresas, diminuindo assim seus gastos com P&D e C&T.

Isso porque, no país apenas 27% dos pesquisadores brasileiros estão nas empresas, enquanto 65% estão nas universidades. Enquanto, nos estados Unidos, cerca de 80% dos pesquisadores estão nas empresas, desenvolvendo inovações (SANTOS, 2009). Com base nessas informações fica mais clara a importância do papel social da universidade no desenvolvimento do país. Países desenvolvidos têm a pesquisa científica como um dos grandes destaques no fomento de seu desenvolvimento e, sendo conseqüentemente, um dos seus principais responsáveis.

O interesse pela inovação e pela pesquisa científica é verificado tanto por parte dos estudiosos e pesquisadores, quanto por parte dos proponentes, formuladores e apoiadores de políticas públicas, para Santos (2009), “[...]é possível verificar um interesse crescente em relação aos processos de transferência de tecnologia, inovação e empreendedorismo baseados na produção científica e tecnológica das universidades de pesquisa.”

O investimento oriundo de agências de fomento em três anos cresceram 86%, essa situação se intensificou após a Lei de Inovação, que segundo Santos et al (2009), sinalizam o estímulo a cultura da inovação dentro das universidades.

Essas ações batem de frente com os princípios de liberdade acadêmica o que tem levado algumas universidades, devido a protestos da comunidade acadêmica contra essa comercialização, adotar novas diretrizes para evitar conflitos de interesses. Em 2001 “mais de 22.000 cientistas, de 161 países lançaram um boicote contra os editores de publicações científicas e iniciaram uma campanha em favor de uma ‘biblioteca de ciência pública’” (LEFORT apud ZELEZA, 2005, p. 36).

Com os consórcios empresariais não faltam histórias de verdadeiras “Hipotecas empresariais”, com imposições que vão de propriedade intelectual ao direito de publicar seus resultados. Nas universidades africanas já é de conhecimento da comunidade acadêmica que patrocínios além de comprometer a integridade da pesquisa vêm acompanhados de onerosos condicionamentos (ZELEZA, 2005).

Com isso a educação também mudou, as instituições de ensino superior exercem um importante papel na sociedade. Na origem da universidade, no século X, o estudante tinha muito mais liberdade e responsabilidade de escolha na sua formação (CRISTOFOLINI e REINERT, 2007).

Observando-se as pesquisas feitas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nota-se que a maior parte delas são pesquisas levadas a cabo sem que nenhum fator alheio aos interesses científicos propriamente ditos a influencie. Porém, há um número considerável de pesquisas que são feitas pela Universidade condicionadas a projetos maiores, financiados pelo governo.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar como é conduzida a liberdade acadêmica no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e o seu impacto às diretrizes da pesquisa científica.

A história e a legislação da educação Universitária Brasileira

As primeiras leis e a Reforma Universitária de 1968

Um órgão competente para gerir o ensino, tanto básico como superior, no Brasil, foi criado no ano de 1930, já no governo Getúlio Vargas. O Ministério da Educação e Saúde Pública tinha, portanto, como objetivo principal no âmbito educacional, estabelecer normas e padrões para o desenvolvimento da educação no país, visando o progresso da sociedade brasileira.

A primeira LDB entrou na pauta de discussões do Congresso no ano de 1948. Segundo Saviani, “desde sua entrada no Congresso o projeto original das Diretrizes e Bases da Educação esbarrou na correlação de forças representada pelas diferentes posições partidárias que tinham lugar no Congresso Nacional” (SAVIANI, D. 1998, p. 14). Isso mostra que sua concepção esteve também ligada a interesses políticos, talvez até mais do que o simples desejo de progresso social, o que, diga-se de passagem, já é corriqueiro no Brasil.

“O projeto finalmente aprovado pelos deputados foi encaminhado ao Senado através do ofício nº 293, de 25 de fevereiro de 1960. No senado o projeto recebeu 238 emendas[...]” (SAVIANI, D. 1998, p. 17). E em 20/12/1961 é, finalmente, promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação no Brasil.

Com o golpe militar de 1964, a educação viu-se na iminência de passar por novas alterações estruturais. “Entretanto [...] o governo militar não achou necessário editar, por completo, uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. [...] Bastava ajustar a organização do ensino ao novo quadro político, como um instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica” (SAVIANI, D. 1998, p. 21). O primeiro grande movimento neste sentido foi o da Reforma Universitária, idealizado inicialmente pelos estudantes universitários, e de fato levada a cabo pelo governo militar.

Porém, a Reforma Universitária que os estudantes almejavam apresentava diferenças quando comparada à reforma do governo. Para conceber tais ajustes, o governo militar nomeou um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, com alguns políticos e pesquisadores integrando este grupo, além de nomear dois estudantes universitários, que teriam trinta dias, a partir do decreto presidencial baixado em 2 de julho de 1968, para que “concluísse os estudos e apresentasse uma proposta de reforma universitária” (SAVIANI, D. 1999, p. 67)

Nota-se que, apesar das conquistas tidas pelos estudantes e professores, de cunho um tanto quanto “libertário”, a contrapartida, que gerou um controle político velado direcionando o ensino superior aos “requerimentos do capitalismo internacional”, de certa forma anula esta conquista estudantil/docente. O embrião da liberdade acadêmica nas universidades brasileiras já nasce sufocado.

Florestan Fernandes, sociólogo e um dos professores mais engajados na luta pela Reforma Universitária, posicionou-se a respeito desta como uma manifestação de tutela política e como mera panacéia, promulgada pelo governo militar.

A Constituição Federal de 1988

“[...]Também na doutrina comparada, espanhola e alemã, o fundamento da autonomia universitária é a liberdade acadêmica”(SAMPAIO, A., 1998, p. 311). Partindo-se dessa premissa, faz-se necessário analisar o que prevê a Constituição Federal sobre este tema.

Em seu artigo 206, no capítulo III, que versa sobre os princípios pelos quais o ensino será ministrado, entre outros é garantida ao aluno “[...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”.

Já o artigo 207 trata da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que formam o tripé de uma universidade e, portanto, deve caminhar juntos, com o intuito de alavancar uma sociedade, no caso, a brasileira, rumo ao desenvolvimento, “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

“A autonomia universitária vincula-se aos direitos fundamentais da comunidade universitária, especificamente à liberdade científica [...] e à liberdade de transmissão e recepção do conhecimento” ”(SAMPAIO, A., 1998, p. 311). Portanto, liberdade acadêmica e autonomia universitária tornam-se indispensáveis uma a outra, dado que não há autonomia sem a liberdade de aquisição de conhecimentos e de pesquisa, e vice-versa.

Sampaio ainda salienta que, devido a sua importância e ao consenso de que esta autonomia dos direitos fundamentais da comunidade universitária é imprescindível para que a universidade cumpra seu papel dentro da sociedade, há uma proteção essencial à ela contra emendas constitucionais que tendem a aboli-la.

A LDB de 1996

Após longo período sem grandes reformas nas leis que regem a educação no país, as LDBs da educação nacional, em 1996, durante o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso com a pasta do Ministério da Educação a cargo do Ministro Paulo Renato de Souza, é promulgada a lei nº 9.394, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Subdividida em nove títulos.

Observa-se que poucos artigos contemplam fatores que caracterizam algum grau de liberdade acadêmica. No geral, a LDB preza pela autonomia das universidades, ficando a cargo destas incutirem níveis desta liberdade em seu ambiente universitário, e também em seus cursos. Podemos atestar isso no Artigo 47, do capítulo 4, no título 5.

Com relação à mobilidade estudantil, outra característica que denota a liberdade acadêmica em IES, a legislação prevê também a autonomia da instituição para detectar vagas e disponibilizá-las a alunos não regulares, conforme podemos observar no artigo “As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.”

Portanto, fica claro que cabe a cada instituição de ensino superior (IES) promover a liberdade acadêmica de seus universitários, seja ela liberdade de pesquisa científica, liberdade para cursar disciplinas optativas que vão de acordo com seus anseios ou liberdade de mobilidade entre IES da mesma localidade ou até de diferentes regiões do país. Autonomia para promover isso a legislação vigente lhe concede.

O projeto pedagógico institucional da UFMS

O projeto pedagógico de uma Instituição de Ensino Superior reza pelas condições pedagógicas e políticas da mesma. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul publicou, após 46 anos de existência, no dia 27 de maio de 2009, seu Projeto Pedagógico Institucional prévio, que seria submetido a Conselho Universitário após ampla discussão na Instituição.

Este projeto também não trata de maneira diferenciada a questão da liberdade acadêmica especificamente, abordando, porém, em alguns tópicos, questões inerentes à autonomia universitária, como por exemplo na seção em que fala sobre as ações da universidade “[...] possibilitar a discussão de referenciais para a construção da autonomia e identidade da unidade, bem como da autonomia intelectual do professor/pesquisador e do aluno/pesquisador” (PPI da UFMS, p. 93-94).

Uma questão interessante abordada no texto diz respeito a “busca pela autonomia intelectual do aluno” (PPI da UFMS, p. 94), através de um equilíbrio entre a formação profissional e a formação do cidadão, “o que repercute numa concepção orientada pelo diálogo, pela integração do conhecimento, pelo exercício da criticidade, da curiosidade epistemológica” (PPI da UFMS, p. 93-94).

Com relação ao currículo escolar ao qual o graduando será submetido durante sua vida acadêmica, o PPI diz que “a vivência de um currículo integrador, propiciador de experiências multiculturais, consiste na concepção e produção de um **planejamento** em movimento que articule o conhecimento técnico com a formação humana, ética e postura crítica e criativa, que será efetivado por meio de **metodologia** pertinente e adequada à consecução dos objetivos traçados para o processo de aprendizagem. Desta forma, mais uma vez a questão da autonomia intelectual como objetivo a ser atingindo durante o processo de formação dos acadêmicos.

É possível afirmar, portanto, que de fato a UFMS pretende formar em suas fileiras acadêmicos e pesquisadores a partir de premissas com caráter libertário, através do princípio de autonomia que permeia a instituição. Quando ela trata em seu Projeto Pedagógico Institucional da autonomia intelectual, ela torna público que ingerências ao processo de formação tanto do acadêmico voltado ao mercado de trabalho, como do acadêmico voltado à pesquisa científica, serão feitas apenas se este aluno assim permitir.

A história da UFMS

A história da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul teve seu início ainda no então estado de Mato Grosso em 1962, foi a precursora no ensino superior público do estado. Mas foi apenas com a divisão do Estado de Mato Grosso, que foi concretizada a

federalização da instituição, que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela Lei nº 6.674, de 05.07.1979 (UFMS, 2009).

O campus de Campo Grande da UFMS abrange uma extensa área geográfico-educacional que resulta num raio de mais de 500 km; atinge cerca de cem municípios, incluindo estados e países limítrofes, tais como Paraguai e Bolívia, de onde se origina parte de seus alunos-convênio. Além da sede em Campo Grande, com três Centros (CCBS, CCET e CCHS), a Universidade tem campi instalados em 10 cidades do interior: Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas (UFMS, 2009).

A Universidade possui em torno de 12.500 estudantes, oferecendo 91 cursos de graduação e 26 cursos de pós graduação, sendo eles 22 mestrados e 6 doutorados. Os programas são avaliadas pela Coordenação de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior (Capes), um órgão do Ministério da Educação, que mede a qualidade dos cursos, a maior expectativa de notas que um curso pode obter nessa avaliação é 7, na UFMS as notas dos programas de pós graduação variam entre 2 e 5, de acordo com dados dos relatórios da (Propp) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMS.

Liberdade acadêmica

A liberdade acadêmica é a autonomia de instituições e de indivíduos nas universidades em produzir sem preconceitos, sem pressões o conhecimento, permitindo às universidades que respondam a sociedade com verdade, promovendo o progresso e cultivando a cidadania democrática (ZELEZA, 2005).

Significa dizer que ela é uma condição funcional, uma proposição filosófica, onde impera a produção e disseminação do conhecimento ético, livre de quaisquer instituições ou regimes autoritários da sociedade civil (ZELEZA, 2005).

A Universidade ‘vive’ essencialmente da liberdade, sem ela perde sua autenticidade e razão de ser, porque a idéia da Universidade está assim, intimamente unida à de liberdade fruto da cultura que nela predomina, “a cultura resulta da criatividade, do processo cuja elaboração se realiza na espontaneidade” (MACÊDO *apud* CRISTOFOLINI e REINERT, 2007, p. 63).

Segundo Zeleza (2005), em um sistema educacional universitário direcionado ao mercado, como investimento econômico e não como um bem público, maior será o cálculo de retorno a sociedade. Dessa forma a educação superior pode ser afetada em termos de acesso a solidariedade estudantil, na diferenciação e desvalorização disciplinar, na integridade da pesquisa e da publicação, na gestão e segurança da titularidade do cargo e diluição em tradições institucionais.

Na academia não há quem encarne os princípios universitários, de unidade de pesquisa, ensino e liberdade acadêmica. “O ensino universitário começa a decair quando se torna obrigatória a presença de certos cursos e seminários”. Há sim uma regulamentação exagerada, que faz do meio acadêmico uma escola comum, em detrimento da liberdade acadêmica (JASPERS *apud* CRISTOFOLINI e REINERT, 2007).

À medida que o ensino assume esse papel de agente econômico os estudantes assumem uma mentalidade consumista, de quem paga mais, enfraquecendo a capacidade de proteger seus direitos e a qualidade de sua educação. Se tornando um instrumento de transação comercial, atribui-se mais valor as áreas técnicas e profissionais e a pesquisa aplicada, deixando de lado as disciplinas não rentáveis, desvalorizando áreas humanistas comprometendo o desenvolvimento de pesquisas e a articulação da voz pública (ZELEZA, 2005).

“Outra crítica comumente ouvida sobre os pesquisadores que atuam em consórcio é a de que eles passam a dedicar muito menos atenção às atividades de ensino pelo fato de utilizarem grande parte do tempo nas questões relativas ao projeto.” (VELHO, 1996, p. 96).

A confusão sobre liberdade acadêmica e seus significados e implicações, é resultado da deriva de produção de conhecimento semeado pela nova economia cultural e políticas de produção de conhecimento na universidade. Esse novo contexto acabou exigindo que os acadêmicos trabalhem jornadas mais longas. Essa prática faz com que o corpo docente crie uma elite de professores mais bem pagos (ZELEZA, 2005).

Conforme a educação se valoriza através de seu cunho instrumental se coloca mais ênfase nas áreas científicas, técnicas e profissionais, aonde áreas de conhecimento humanístico e as ciências sociais se vêem em uma posição marginal. Essas áreas muitas vezes, não compreendidas acabam sendo tratadas por organizações não governamentais, como um escape por uma área não mais atendida pelas universidades (ZELEZA, 2005). Alves e Reinert *apud* Cristofolini e Reinert (2007: 63) concluem dizendo que “a Universidade, em sua essência, deveria ser contemplada por uma comunidade de pessoas que gozassem de ampla liberdade, produzindo, socializando e aplicando conhecimentos em suas mais diversas modalidades, visando o bem estar da comunidade, das nações e de toda humanidade.”

A rigidez que é possível observar em grande parte das Instituições de Ensino Superior, em especial na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apenas evidencia a deficiência destas instituições em promover uma formação mais flexível e aberta de seus acadêmicos, conforme seus anseios. “Neste currículo, o estudante tem uma ínfima liberdade, ou talvez, nenhuma liberdade de escolha na sua formação.” (ALVES e REINERT *apud* CRISTOFOLINI e REINERT, 2007, p. 63)

Pesquisa científica e a Universidade

Nem sempre a pesquisa científica foi uma atividade exercida na universidade. A institucionalização da mesma só aconteceu entre o final do século XIX e o início do século XX na universidade de Berlim na Alemanha, e foi a partir desse momento que a pesquisa se torna uma qualificação necessária para a carreira docente.

Antes desse período a ciência estava vinculada a igreja ou ao estado conforme a época e “os cientistas eram vistos como filósofos ou pessoas com interesses exóticos e sem qualquer significação social” (BEM-DAVID *apud* VELHO, 1996). Etzkowitz considerou esse processo como a primeira revolução acadêmica.

Nesse período as pesquisas eram essencialmente conduzidas por pesquisa básica, com o objetivo de procurar ampliar o campo do entendimento fundamental, na busca do entendimento de um dado objeto de pesquisa (VELHO, 1996).

Stokes (2005) afirma que muito antes desse período de integração da pesquisa com a universidade esses princípios já eram utilizados. Citando a passagem da Metafísica na qual Aristóteles afirma que, visto os homens filosofavam para escapar à ignorância, eles estavam evidentemente buscando a ciência com o objetivo de conhecer, e não por qualquer fim utilitário.

Segundo Stokes (2005) uma das motivações filosóficas para desvincular a investigação da prática encontra-se na civilização grega, pela atribuição das atividades práticas às pessoas de menor posição social e, cada vez mais, pela atribuição do trabalho manual aos escravos.

Robert Merton tinha uma visão bastante humanista sobre a função social da ciência, sendo bastante influenciado pelas teorias sociais de Max Weber. Para Merton, a ciência é um conjunto de conhecimentos compartilhados por toda uma sociedade, a qual julga a credibilidade da verdade científica de acordo com suas expectativas e valores éticos e morais próprios. Contudo, a decisão final da ação científica não seria da sociedade, e sim do indivíduo, orientada pela ação individual, o Cientista. Assim, para ter suas idéias e ações socialmente aceitas, o Cientista precisa adequar seus valores éticos e morais aos da sua sociedade e, esta o julgaria de acordo com suas expectativas. Considerado por ele como a boa ciência. (SILVA, 2000).

Mas esse contexto de pesquisa ‘pura’ logo foi alterado. Com a globalização houve a transformação de hierarquias e hegemonias, sociais e institucionais. As universidades que são vistas como comunidades universais de idéias ajudaram a construir essas mudanças (ZELEZA, 2005).

A pesquisa básica é cada vez mais afetada por interesses privados dominantes e que induzem à acessos restritos, dificultando assim a fidelidade ao paradigma de Merton (LESSA, 1999).

Dos interesses privados foi sendo selada ao longo dos anos a parceria universidade sociedade. No período pós-guerra as universidades foram chamadas a exercer papel mais direto na inovação industrial. Nos Estados Unidos com propósito militar foram criados institutos nas áreas de engenharia, voltados ao desenvolvimento tecnológico, aumento do financiamento público à pesquisa acadêmica, refletindo em uma expansão das atividades de pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior. Na Bélgica em 1947, promoveu a criação de instituições voltadas à pesquisa aplicada e ligadas a uma ou mais universidades (GIULIO, 2008).

No Brasil, por volta de dez anos atrás, as universidades alteraram o foco até então acadêmico de sua política de ciência e tecnologia (C&T), para atender também à pesquisa e desenvolvimento (P&D) do setor empresarial. Ao tentar assegurar a competitividade das empresas nacionais, foi possível perceber um avanço quanto à constituição de instrumentos legais e institucionais de apoio à inovação. Neste sentido, “não faltam recursos para a inovação, faltam projetos bem formulados”. Entretanto, mesmo adquirindo resultados positivos, é importante continuar, mantendo como escopo,

a ultrapassagem de obstáculos outros, que surgirem ao longo da caminhada pelo novo (REVISTA INTERAÇÃO, 2009).

Etzkowitz denominou como um novo modelo para análise dos impactos das parcerias entre universidades e empresas, na qual ele denomina de “segunda revolução” acadêmica. Enquanto a “primeira revolução acadêmica” inseriu a pesquisa no âmbito universitário tornando professores em pesquisadores, a segunda revolução está fazendo com que a universidade exerça a função de agente de desenvolvimento econômico (VELHO, 1996).

Essa segunda revolução também denominada pesquisa aplicada volta-se para alguma necessidade ou aplicação por parte de um indivíduo, de um grupo ou da sociedade. Se o objetivo da pesquisa básica consiste, em uma palavra, no “entendimento”, e o da pesquisa aplicada, na “utilização”, não se pode duvidar de que esses tipos de pesquisas sejam conceituais ou analiticamente diferentes (VELHO, 1996).

Nesse novo contexto de globalização, onde a universidade começa a exercer um novo papel, vem a tona dentro da universidade o termo inovação, que antes restringia-se ao ambiente de negócios. Trazer este enfoque ao ambiente acadêmico leva-nos a discutir os objetivos da pesquisa no âmbito das universidades, de maneira geral a pesquisa científica objetiva fundamentalmente contribuir para a evolução do conhecimento humano. A pesquisa se desenvolve por meio de escolhas. Embora as atividades por meio das quais a pesquisa científica produz novas informações ou novo conhecimento sejam extraordinariamente variadas, elas envolvem sempre uma seqüência de decisões ou escolhas; a distinção entre a pesquisa básica e a aplicada gira em torno dos critérios que governam as escolhas (VELHO, 1996).

A fim de fortalecer o novo papel universitário, em 2004 considerado como marco na busca pelo novo no país, foi feita a promulgação da Lei 10.973, na qual também tratou das relações entre universidade e empresas e, ao Estado cabe a promoção e incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e capacitação tecnológica nacionais de modo alinhado com a Política externa.

Há quem acredite que a relação universidade-empresa é fundamental ao desenvolvimento do país. Para Gouveia (2008), o fator chave da discussão é a falta de aproximação entre o lado acadêmico e o lado empresarial, que deveriam ser orientadas a pesquisa e o desenvolvimento. Mesmo com o surgimento da lei de inovação não se revelou eficaz o suficiente para promover um processo mais eficiente para a cooperação entre universidades e empresas (PACHECO, C. A. *apud* GOUVEIA, 2008).

Em contrapartida há que defenda que as universidades e empresas têm papéis distintos. Silva (2000), afirma que há certo consenso em relação à divisão de atividades da investigação científica, esta é conduzida por três instituições fundamentais: a universidade tem o papel de investigação fundamental, as indústrias a investigação aplicada e as instituições sem fins lucrativos cabem investigações temáticas.

Para compreender fatores motivacionais que alinham as pesquisas no âmbito universitário se faz necessário conceituar pesquisa para a comunidade científica. Silva (2000) cita que a ciência possui graus de liberdade não previstos em normas

institucionalizadas pelos governos. Existem variáveis externas ao sistema econômico, social e político.

Método de estudo

A análise desse estudo é baseada em alegações de conhecimento socialmente construídas, entende-se pesquisa qualitativa, de acordo com as idéias de Rossman e Rallis (1998) apud Creswell (2007), uma vez que a pesquisa ocorre em um cenário natural permitindo um nível de detalhes sobre o local e a possibilidade de estar altamente envolvido nas experiências reais dos participantes. É qualitativa, pois conforme Roesch (2005), é considerada a mais apropriada para o período exploratório de uma pesquisa. Creswell (2007, p. 35) define a técnica qualitativa como “[...] aquela em o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas [...] ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias [...] ou em ambas [...]” e Collis e Hussey (2005), a consideram como um método mais subjetivo e que envolve o exame e a reflexão sobre as percepções para compreensão das atividades humanas e sociais.

A investigação é realizada através de um Estudo de Caso de acordo com as idéias de Stake apud Creswell (2007), no entanto, não é uma abordagem unicamente qualitativa, pois para a construção da pesquisa são utilizados dados qualitativos e quantitativos, o que contribui para uma melhor aplicabilidade do método” onde a unidade caso é a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que possui em torno de 12.500 estudantes, oferecendo 91 cursos de graduação e 26 cursos de pós-graduação, sendo eles 22 mestrados e 6 doutorados dentro de 11 campi no estado (UFMS, 2009).

O estudo também caracteriza-se como uma pesquisa exploratória porque busca ampliar os conhecimentos sobre um determinado objeto, servindo de base para o desenvolvimento de outros estudos, conforme destacado por Collis e Hussey (2005, p. 24) que dizem que esta “[...] é realizada sobre um problema ou questão de pesquisa quando há poucos, ou nenhum estudo anterior em que possamos buscar informações sobre a questão ou o problema”.

Baseado nas idéias de Creswell, os métodos utilizados como método de pesquisa foi apoiado em um referencial documental e bibliográfico. Foi feito também um levantamento de dados gerados pelo NIT, Núcleo de Inovação Tecnológica, da UFMS - APITT - de dados da iniciação científica, cursos de pós graduação e levantamento de dados feito pelos mestrados de Administração em relação a percepção de como é conduzida a liberdade acadêmica no âmbito da UFMS com os coordenadores de cursos de graduação.

A amostra pesquisada pelos mestrados de Administração da UFMS consiste em 27 cursos pesquisados, através de entrevistas estruturadas com seus respectivos coordenadores, sendo 5 cursos de Educação à Distância (EaD), e os outros 22, cursos presenciais.

Resultados e discussões

Foi feita uma pesquisa de campo com os coordenadores de cursos de graduação da UFMS, entre cursos presenciais e EaD, onde foram questionados a respeito da liberdade

acadêmica em seus respectivos cursos, sendo abordada sua opinião a respeito da liberdade percebida e da liberdade tida como ideal.

A figura a seguir demonstra o grau de importância, na percepção dos coordenadores, que cada um atribuiu em notas dadas numa escala de 1 a 10, a respeito desta liberdade, em cada um dos cursos pesquisados.

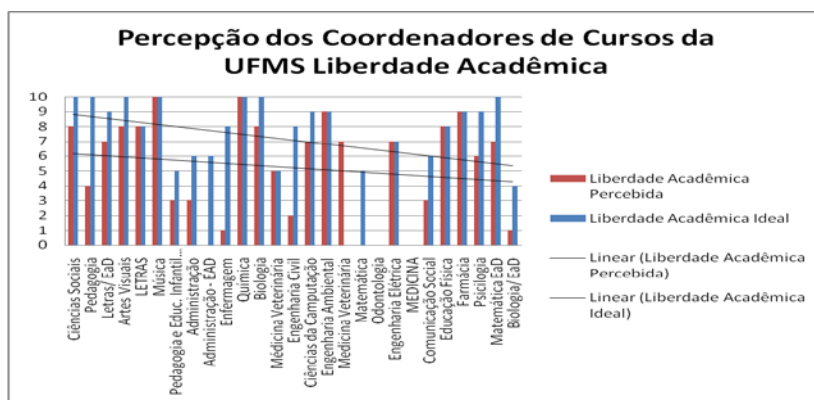


Figura 1 – Percepção dos coordenadores de cursos em relação a liberdade acadêmica no âmbito da UFMS Fonte: elaborado pelo o autor.

Nota-se, ao exibir os resultados dos questionamentos em relação à percepção do que é e do que seria o ideal, que os coordenadores, em sua grande maioria, acreditam que a liberdade acadêmica exercida atualmente em seus cursos não é a necessária para a formação de um profissional ideal.

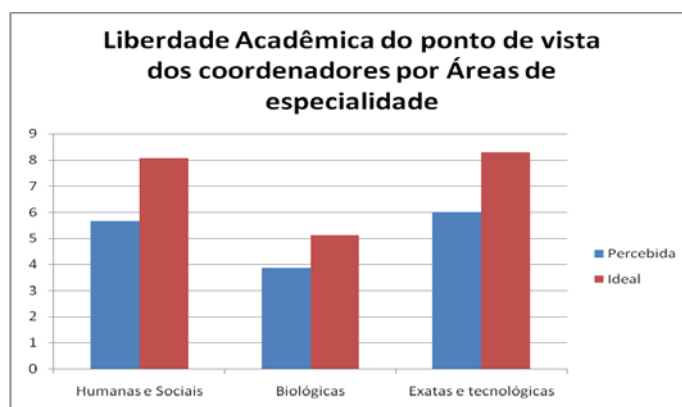


Figura 2 – Liberdade acadêmica do ponto de vista dos coordenadores no âmbito da UFMS por áreas de especialidade Fonte: elaborado pelo o autor.

Com base na figura 2, percebe-se que na área biológica, tanto na percepção dos coordenadores como no idealizado, a liberdade acadêmica é baixa. Tendo em vista que a maioria das pesquisas da UFMS com fomento externo estão nas áreas de saúde e biotecnologia, o que reforça a premissa de os investimentos financeiros em geral condicionam a produção científica das universidades nesta área.

De acordo com dados da PROPP/UFMS, dos 729 projetos em andamento na UFMS atualmente, 468 de alguma forma se encaixam involuntariamente nos programas da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) estabelecidos pelo governo. A figura 3

ilustra essa divisão, o item 'NDA' está empregado aos projetos que não estão alinhados aos Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos.

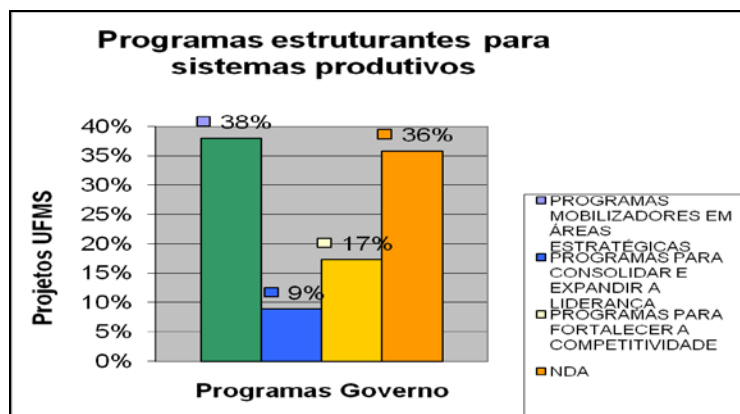


Figura 3: Programas estruturantes para sistemas produtivos Fonte: PROPP/UFMS (2009)

Cabe aqui abrir um parênteses para citar quais são os programas da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). São eles os Programas Mobilizadores de Áreas Estratégicas, os Programas para Consolidar e Expandir a Liderança e os Programas para Fortalecer a Competitividade.

O fato de 64% dos projetos desenvolvidos pela universidade estarem alinhados com os programas federais não chega demonstrar por completo o cenário da UFMS. Desses 468 projetos apenas 168 tem algum tipo de financiamento com fomento externo, conforme tabela abaixo.

Tabela 1- Projetos de Pesquisa da UFMS financiados com fomento externo que se alinham aos Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos.

| Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos | Fomento Externo |
|--|-----------------|
| Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas | 96 |
| Programas para Consolidar e Expandir a Liderança | 24 |
| Programas para Fortalecer a Competitividade | 48 |
| Total | 168 |

Fonte: PROPP/UFMS (2009)

As motivações para o baixo grau de financiamento externo possivelmente esteja ligado à falta de alinhamento aos PDP e falta de cultura de inovação e pesquisa nos projetos desenvolvidos pela universidade. O que demonstra que nos projetos de pesquisa existentes e em andamento na UFMS, não há uma interação universidade e políticas de desenvolvimento produtivo (PDP).

Mas o fato de 64% dos projetos desenvolvidos na UFMS estarem alinhados ao PDP pode demonstrar o alinhamento do perfil de profissionais formados a estes moldes desenvolvimentistas.

Na tentativa de mensurar de como está sendo conduzida a pesquisa científica no âmbito da UFMS, foram levantados dados pela APITT/UFMS em junho de 2009, da demanda anual de iniciação científica da universidade.

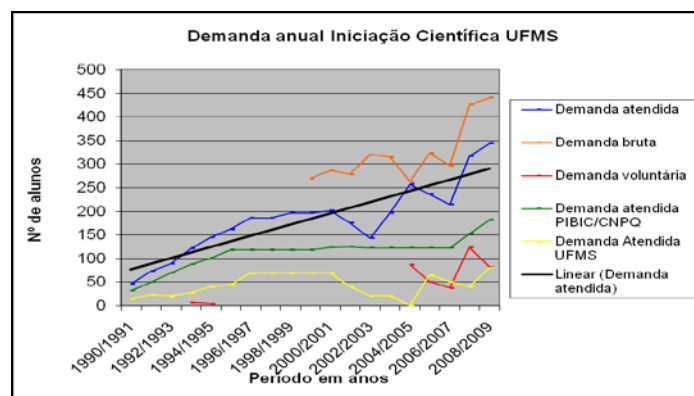


Figura 4: Demanda anual Iniciação Científica na UFMS Fonte: PROPP/UFMS (2009)

A UFMS conta com um quadro de 12.500 alunos, no entanto em 19 anos de dados coletados atendeu apenas 3.484 iniciações científicas. O auge de bolsas atendidas aconteceu no último período com 317 acadêmicos contemplados, sendo que no período analisado entre 2007/2008, havia 425 acadêmicos interessados em participar do programa.

Os programas de iniciação científica geralmente são desenvolvidos dentro de projetos, podendo estas ser acompanhadas de bolsas para os acadêmicos, conforme a disponibilidade de recursos. Como essas bolsas são oriundas de fomento externo, dentro da UFMS se torna um pouco mais complicado desenvolvê-las diante do baixo índice de recursos financeiros captados para seu desenvolvimento. O que acaba fazendo com que estes acadêmicos optem por ir direto ao mercado de trabalho.

Em um comparativo de como uma universidade com elevado nível de pesquisa científica se comporta perante a esse novo papel da universidade, experiências como a da UNICAMP, que além de possuírem um grande estoque de patentes, possuem um efetivo potencial de comercialização e licenciamento, recebem notas entre 6 e 7 no conceito CAPES (LOTUFO, 2005). Já na UFMS as notas dos programas de pós-graduação variam entre 2 e 5, de acordo com dados dos relatórios da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da mesma (PROPP).

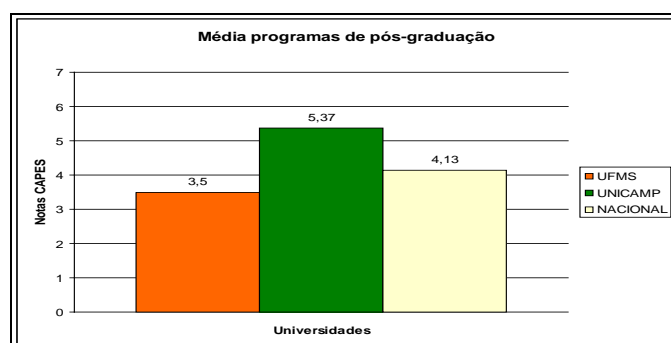


Figura 5: Média dos programas de pós-graduação Fonte: PROPP/UFMS (2009)

Quando comparados esses dados, nota-se a fragilidade dos programas de pós-graduação da UFMS, encontrando-se abaixo da média nacional. A disparidade se conclui mais

evidentemente quando relacionado aos programas de universidades com elevada cultura de inovação e pesquisa como é o caso da Unicamp.

O atendimento a CAPES por parte de uma universidade para elevar seu conceito nos cursos de pós-graduação é a tradução do número de sua produção científica, dita como qualidade acadêmica. Como já levantado por Zeleza (2005), a academia acaba prejudicando metade do corpo docente com as alianças feitas entre universidade e empresa.

Universidades como a Unicamp que possuem várias dessas parcerias possuem alto grau de produção científica devido aos patrocínios externos conquistados. Portanto, o fato de a UFMS possuir conceitos Capes considerados baixos pode estar ligado ao pequeno número de recursos para desenvolver pesquisas.

Na universidade em torno de 46% dos cursos são voltados para as áreas humanas e sociais, o que em parte justifica a insuficiência de recursos para a pesquisa acarretando em baixa produção científica. o que reforça a discussão que Zeleza levanta, de que a educação se valoriza cada mais vez pelo seu cunho instrumental com mais ênfase nas áreas científicas, técnicas e profissionais, aonde áreas de conhecimento humanístico e as ciências sociais se vêm uma posição desprivilegiada perante as priori do governo.

Considerações finais

Para compreender fatores motivacionais que alinham as pesquisas no âmbito universitário da UFMS se fez necessário conceituar a pesquisa para a comunidade científica. De acordo com o levantamento bibliográfico a ciência possui graus de liberdade não previstos em normas institucionalizadas pelos governos. Existem variáveis externas ao sistema econômico, social e político.

Grande parte das Instituições de Ensino Superior do Brasil executam os propósitos de ensino, pesquisa e extensão muito aquém do esperado, e as razões são as mais diversas, sendo a principal a falta de recursos financeiros. Porém, a partir de observações no dia-a-dia de uma Universidade, nota-se que a falta de recursos humanos devidamente capacitados para a execução de tais finalidades também é fator crítico que contribui diretamente para isso.

Na UFMS, provavelmente possa ainda haver um conflito de princípios de Merton enraizados nos cientistas com as políticas desenvolvimentistas do país. E por esse motivo as pesquisas que a universidade vem elaborando talvez não possuam recursos financeiros oriundos de agências de fomentos e parcerias com o empresariado, em sua maioria.

Todos estes problemas traduzem-se em um menor aproveitamento da capacidade universitária, seja ela estrutural e física, ou intelectual, o que compromete o resultado que elas dão à sociedade, ficando abaixo do que esta espera dessas instituições. O que acaba se traduzindo em conceitos de graduação abaixo do esperado, e conseqüentemente, na formação de profissionais, sejam eles para o mercado ou para a academia, com capacidade duvidosa, ou longe do ideal.

A comunidade acadêmica como um todo é exposta a esse novo contexto denominado por Etzkowitz como segunda revolução acadêmica. Os cursos de graduação não fogem a regra e são padronizados e focados para o mercado, somados com o reflexo da baixa oferta de iniciação científica dentro da UFMS. E quando seguem a vida acadêmica já está alinhada a uma formação condicional de desenvolvimento, levando esses formandos a pesquisa aplicada, comercial.

No Brasil contemporâneo não há espaço para a execução da liberdade acadêmica com total integridade, essas são afetadas em resposta a competitividade trazida pela globalização.

Fica como resposta ao impasse entre liberdade acadêmica e a universidade instrumental, que a gestão dessa comunidade acadêmica acrescente em suas diretrizes limites para essas parcerias entre universidade–empresa, em prol à manutenção da verdade e da integridade das pesquisas desenvolvidas pela universidade.

Referências bibliográficas

BRASIL (2009). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 20 jul. 2009.

BRASIL (2009). **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 23 jul. 2009.

CRESWELL, J. W. (2007). **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed.

CRISTOFOLINI, A.; REINERT, J. N (2007). **Liberdade Acadêmica na Formação dos Estudantes do Curso de Graduação em Administração da UFSC**. DESAFIO : R. Econ. e Adm. Campo Grande, MS, v. 8, n. 16, p. 61-69, jul./dez. 2007.

GIULIO, G. D. **Relação universidade-empresa: uma parceria que pode dar certo**. Revista conecta da ciência ao mercado, Campinas, p.20-23, jun. 2008.

JORNAL DA UNICAMP. (2009). **Lei da Inovação – 5 anos: Especialistas apontam avanços e gargalos**. Campinas – ANO XXIII – Nº 429. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2009/ju429_pag0607.php#. Acesso em: 17 jul. 2009.

JORGE, J. T.; LOTUFO, R. A.; CORTEZ, L. (2007). **A cultura do Empreendedorismo e a Gestão da Propriedade Intelectual no Ambiente Universitário: a Experiência da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**. Disponível em: www.unicamp.br

LOTUFO, Roberto de A. **O papel da universidade na Inovação Tecnológica: a experiência da Agência de Inovação da UNICAMP**. Palestra apresentada no XII Congresso Nacional de Estudantes de Engenharia Mecânica, 23ago05. <http://www.abcm.org.br/creem2005/>, 22 a 26 de agosto de 2005, Ilha Solteira – SP

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**. 26 de Nov 2003. 22p.

OTRANTO, Célia R. (2004). **A autonomia Universitária como Construção Coletiva**. Trabalho apresentado na 27ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), nov. 2004. Disponível em: http://www.celia.na-web.net/pasta1/Texto_12.pdf . Acesso em: 23 jul. 2009.

REVISTA INTERAÇÃO. (2009). **Interação universidade-empresa, empreendimento inovador e desenvolvimento local: um estudo de caso da incubadora CENTEV/ufv**. Instituto Euvaldo Lodi - IEL, Brasília – DF, ano 18, nº 206, p. 12-18.

ROCHA, E. M. P. da. (2003). **Indicadores de Inovação Tecnológica Empresarial nas regiões do Brasil: Análise de dados da PINTEC 2003 - IBGE**. – UFMG.

SAMPAIO, Anita L. B. (1998). **Autonomia Universitária: um modelo de interpretação e aplicação do artigo 207 da Constituição Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília (Edunb).

SANTOS, M. E. R. dos; TOLEDO, P. T. M. de; LOTUFO, R. de A. (2009). **Transferência de Tecnologia: Estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica**. – Campinas, SP: Komedi.

SAVIANI, D. (1998) **A nova lei da educação : trajetória, limites e perspectivas**. 4. Ed. Campinas, SP : Autores Associados.

SAVIANI, D. (1999) **Política e Educação no Brasil. O papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino**. 4. Ed. Campinas, SP : Autores Associados.

STOKES, D E. (2005) **O Quadrante de Pauster: a ciência básica e a inovação tecnológica**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

UFMS (2009). **Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.ufms.br/inform/estatuto/estat01.htm> Acesso em: 06 jul. 2009.

UFMS (2009). **Projeto Pedagógico Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.preg.ufms.br/resolucoes/res272009.htm>. Acesso em: 22 jul. 2009.

UFMS **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.ufms.br/index.php?id=12&modo=his>, acesso em 06.jul.2009.

VELHO, S. (1996). **Relações universidade-empresa: desvelando mitos**. – Campinas, SP: Autores Associados. – (Coleção educação contemporânea)

ZELEZA, P. T. (2005) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Sociedade de conhecimento versus economia do conhecimento: conhecimento, poder e política**. Brasília: UNESCO, SESI, 212 p.